

----- **ATA N.º 4/2026** -----

-----Aos trinta dias, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Miguel da Costa Cunha. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, secretariado pelas Senhoras Deputadas Liliana da Cruz Marques e Hélia Susana Granjal Trindade, na qualidade de primeira e segunda secretárias, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, bem como a todos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão. -----

-----De seguida, informou que a Senhora Deputada Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada número cinquenta e oito, datado de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente no período compreendido entre os dias vinte e seis de junho e um de julho, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Deputado José Augusto Rebelo Ferreira. -----

-----Comunicou ainda que a Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número cinquenta e nove, datado de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente no período compreendido entre os dias vinte e nove de junho e seis de julho, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques. -----

-----Informou igualmente que o Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada número sessenta e um, datado de vinte e seis de junho de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhor Deputado Agostinho Augusto Santos.-----

-----Por fim, comunicou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro, Manuel Martins da Cruz, informou da sua impossibilidade de estar presente, por coincidir, na mesma data e à mesma hora, com a realização da sessão da Assembleia de Freguesia. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Rosa Maria Cunha Veloso;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Liliana da Cruz Marques; -----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----José Rocha Gonçalves;-----

-----Paulo Manuel Lopes Achando; -----

-----José Augusto Rebelo Ferreira, em substituição da Senhora Deputada Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo; -----

-----Pedro Almeida Santos;-----

-----Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----

-----Hélia Susana Granjal Trindade; -----

-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----

-----Gabriela Tomás Rodrigues;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes; -----

-----Sérgio Rafael Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----

-----Maria de Fátima dos Santos Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----Nelson Pina Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; -----

-----Cristina Ferreira Fino, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----

-----Maria Goreti da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----Nuno Miguel Lopes Valente Xavier, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta Sessão e justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:** -----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro. -----

-----**Faltaram a esta Sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----João Manuel Loureiro da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----

-----Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques, em substituição da Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos;-----

-----Agostinho Augusto Santos, em substituição do Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores, Teresa Ferrão Cardoso, Emanuel de Almeida Proença Barata, José Alfredo de Almeida Silva e Ana Cristina Dias Pires. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia anterior na Freguesia de Prados.-----

-----Informou, ainda, que a reunião contou com presença de público, durante a qual foram colocadas algumas questões pertinentes. Atendendo à

ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, assumiu o compromisso de lhe transmitir as questões apresentadas e de solicitar os respetivos esclarecimentos. Nesse âmbito referiu que foram abordadas questões relacionadas com a construção da ETAR na Freguesia de Prados, por se tratar de uma infraestrutura considerada essencial para aquela Freguesia. Esclareceu que a principal preocupação manifestada pelos munícipes incidiu sobre o ponto de situação do respetivo processo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, há mais de doze anos, aquando da aprovação de um conjunto de doze mini-ETAR's, no âmbito do POSEUR, a Freguesia de Prados não foi contemplada. Esclareceu que das doze infraestruturas programadas e financiadas por aquele programa, foram executadas onze, tendo ficado por concretizar apenas a da Freguesia do Minhocal, por não ter sido possível disponibilizar, em articulação com a respetiva Junta de Freguesia, um terreno que reunisse as condições necessárias à sua implementação. Acrescentou que foram equacionadas várias localizações, mas nenhuma satisfazia os requisitos exigidos, designadamente devido a condicionantes relacionadas com o Plano Diretor Municipal (PDM). Referiu, ainda, que o prazo de execução do POSEUR foi sucessivamente prorrogado, acabando por expirar. Informou, contudo, que já foi identificado um local adequado para a instalação da infraestrutura e que o respetivo projeto se encontra elaborado.

-----Relativamente à ETAR da Freguesia de Prados referiu que, no mandato anterior, foi solicitado ao anterior Presidente da Junta de Freguesia, que identificasse um terreno adequado para a implementação da respetiva infraestrutura, o que não foi possível concretizar. Informou que o Executivo Municipal continua a desenvolver diligências, em articulação com a atual Junta de Freguesia e com a Liga dos Naturais e Amigos de Prados, no sentido de encontrar uma localização adequada. Esclareceu, ainda, que o atual local da fossa séptica não pode ser utilizado, por se situar em área de Reserva Ecológica. Reafirmou o compromisso do Executivo com a

concretização da mini-ETAR, considerando-a uma intervenção prioritária e, assegurou que, logo que exista um terreno que reúna as condições necessárias, serão desencadeados os procedimentos para a elaboração do projeto e a respetiva execução. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que se encontram previstas outras intervenções prioritárias no Concelho, designadamente a construção de uma ETAR na localidade de Aldeia Rica, em virtude de a infraestrutura existente não possuir capacidade suficiente para responder às necessidades da população, permanecendo parte daquela localidade sem cobertura da rede de saneamento. Acrescentou que importa, igualmente, resolver as situações ambientais existentes nas Casas do Rio, onde a fossa constitui um foco de poluição, bem como em Cortiço da Serra, junto ao espaço de lazer, de forma a prevenir eventuais problemas ambientais. Reforçou ainda o compromisso do Município em concretizar estas intervenções. -----

-----Concluiu salientando que, relativamente à ETAR de Prados, esta intervenção deveria ter constituído uma das primeiras prioridades, tendo, contudo, surgido apenas na fase final das intervenções previstas no âmbito da Ribeira da Cabeça Alta. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que considera que as declarações do Senhor Presidente da Câmara relativamente à ETAR de Prados deixam implícita a atribuição de responsabilidades ao anterior Presidente da Junta de Freguesia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não imputou quaisquer responsabilidades ao anterior Presidente da Junta de Freguesia, mas antes ao facto de, aquando do planeamento das mini-ETAR's, a Freguesia de Prados não ter sido considerada prioritária, limitando-se a constatar que o terreno necessário à concretização da intervenção ainda não tinha sido identificado. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** considerou que a responsabilidade pela situação não poderia ser imputada exclusivamente à Junta de Freguesia, entendendo que a Câmara Municipal também teria responsabilidades, uma vez que o atual Executivo Municipal se encontrava em funções há quase nove anos. Defendeu que as responsabilidades deveriam ser repartidas pelos vários intervenientes. Concluiu apelando, em nome dos habitantes de Prados, para que a obra fosse concretizada com a maior brevidade possível, por considerar tratar-se de uma situação prejudicial para a Freguesia e com repercussões noutras localidades. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Executivo assumia a responsabilidade pelas intervenções ainda por concretizar, esclarecendo, contudo, que, no caso de Prados, à semelhança do ocorrido no Minhocal, o atraso deveu-se a circunstâncias alheias ao Município, relacionadas com a inexistência de um local que reunisse as condições necessárias para a implementação da infraestrutura. Acrescentou que, entretanto, foi encontrada uma solução técnica para a ETAR do Minhocal, à semelhança do que aconteceu noutras localidades. -----

-----Referiu ainda que o atual Executivo concluiu o processo das mini-ETAR's transitado de anteriores mandatos, executando onze das doze infraestruturas previstas. Acrescentou que, atualmente, existem diferentes perspetivas relativamente às mini-ETAR's, salientando que estas infraestruturas exigem uma manutenção permanente para garantir o seu correto funcionamento. Referiu ainda que o Município tem desenvolvido um esforço significativo para assegurar a sua operacionalidade e o cumprimento das obrigações associadas aos financiamentos obtidos, apesar das limitações inerentes aos próprios sistemas. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de que a próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar na Freguesia da Ratoeira. -----

-----De seguida, abordou o quarto ponto da ordem de trabalhos, relativo à nova composição dos representantes do Partido Socialista na Comissão Permanente. Informou que, na sequência do parecer jurídico solicitado após a última sessão da Assembleia Municipal, foi emitido parecer pela jurista do Município relativamente ao requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, no qual era comunicada a designação da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia como líder da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, bem como a alteração da composição da Comissão Permanente. Esclareceu que a dúvida suscitada decorria do facto de a Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia se encontrar em regime de substituição do Senhor Deputado Francisco Cabral. Contudo, o parecer jurídico concluiu que a Deputada mantém legitimidade para o exercício das suas funções até ao eventual regresso do membro substituído, sendo igualmente admissível que possa exercer as funções de líder de bancada, caso essa seja a decisão do respetivo Grupo Municipal. Face ao exposto, informou que aceitava o requerimento apresentado, considerando formalizada a alteração da liderança da bancada do Partido Socialista. -----

-----Relativamente à alteração da composição da Comissão Permanente, esclareceu que a mesma seria apreciada no âmbito do quarto ponto da ordem de trabalhos. Nessa sequência e considerando que a Senhora Deputada Rosa Veloso era diretamente visada pela proposta de alteração, questionou-a sobre se pretendia manter-se integrada no Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Rosa Veloso** começou por apresentar um pedido de desculpas aos celoricenses, por considerar que a matéria em apreciação não deveria ser discutida em sede de Assembleia Municipal, mas antes resolvida no âmbito do Grupo Municipal do Partido Socialista. Referiu, no entanto, que as circunstâncias assim o impunham, existindo aspetos que considerava necessário esclarecer. Nesse contexto,

dirigiu-se à Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia, questionando-a sobre o significado da alegada retirada de confiança e solicitando-lhe que esclarecesse em que reuniões teriam sido deliberadas a cessação das suas funções enquanto líder de bancada e a designação da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia para o exercício daquele cargo. Solicitou, ainda, esclarecimentos quanto às respetivas datas e locais, identificação dos participantes e aos resultados das votações realizadas. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Ana Correia** respondeu que, no seu entendimento, nem ela, nem o Partido Socialista, nem os celoricenses atribuem relevância às opiniões e atitudes manifestadas pela Senhora Deputada Rosa Veloso. Referiu que, antes de responder ao que entende por retirada de confiança política, importava questionar se a Senhora Deputada sabia o que significa exercer as funções de líder de bancada. Afirmou que esse cargo pressupõe capacidade de articulação com os restantes membros do Grupo Municipal, diálogo, cordialidade e representação dos seus pares, considerando que tais características não se verificavam na sua atuação. Acrescentou que, na sua perspetiva, faltava-lhe educação, considerando que confundia a liberdade de expressão com a libertinagem de informação. Declarou, ainda, sentir pena da Senhora Deputada, por recorrer às redes sociais para, publicamente, denegrir pessoas e famílias de bem, considerando que tal comportamento em nada contribuía para o Concelho nem para o Partido Socialista. Concluiu afirmando que a Senhora Deputada se encontrava isolada e esclareceu que a informação relativa às reuniões em que foi decidida a alteração da liderança da bancada constava do grupo de comunicação criado pelos anteriores membros, no qual essa decisão havia sido devidamente explicada. -----

-----Pedi a palavra a Senhora **Deputada Rosa Veloso** para manifestar o seu lamento pelo teor da intervenção da Senhora Deputada Ana Isabel

Lopes Correia, considerando que a mesma revelava falta de educação. Acrescentou que a Senhora Deputada ficou conhecida em Celorico da Beira por pretender despedir funcionários da Autarquia, referindo que, pelo menos, havia conseguido assumir a liderança da bancada do Partido Socialista. -----

-----Recordou que foi eleita pelos celoricenses, em resultado do trabalho desenvolvido durante a campanha eleitoral e da confiança nela depositada pelos eleitores.-----

-----De seguida, comunicou à Assembleia Municipal a sua decisão de abandonar o Grupo Municipal do Partido Socialista, passando a exercer o mandato como Deputada Municipal Independente. Esclareceu que esta decisão resultou de uma profunda reflexão, da perda de confiança política, bem como de divergências quanto à forma de encarar o exercício da vida pública, assegurando que continuará a honrar o mandato que lhe foi confiado pelos eleitores e a defender os interesses do Concelho e dos munícipes. -----

-----Acrescentou que, desde o início do mandato, tem sido alvo de uma campanha de descrédibilização pessoal, afirmando que continuará a privilegiar o debate de ideias e a exercer as suas funções com liberdade de consciência, independência e sentido de responsabilidade. Referiu, ainda, considerar importante assinalar uma questão de coerência, afirmando que quem procurou colocar em causa a sua atuação apresentou perante a Assembleia documentos nos quais declarava residir em Lisboa com a respetiva família, entendendo existirem elementos que demonstram que tal declaração não correspondia à verdade. Salientou, contudo, que não compete à Assembleia Municipal formular juízos sobre essa matéria, mas sim exigir rigor, transparência e verdade a todos os que exercem funções públicas. Acrescentou que, enquanto jornalista, sempre entendeu o escrutínio como um dever democrático e que, enquanto Deputada Municipal, considera que fiscalizar não significa perseguir, mas sim defender o interesse público. Assegurou que continuará a exercer o seu

mandato com liberdade de consciência, sem condicionamentos e com o propósito de servir os celoricenses, defendendo que os partidos políticos devem ser instrumentos da democracia e não um fim em si mesmos. Referiu ainda que os cargos são transitórios, mas a responsabilidade permanece. Por fim, citou Eduardo Lourenço, afirmando: «Mesmo a mais amarga verdade é o único fruto que a democracia pode trincar sem cair no círculo vicioso do adversário», acrescentando que também não cairá nesse círculo. Citou igualmente o seu conterrâneo José Veiga Simão, recordando a expressão: «Não sou de esquerda nem de direita, sou do granito», afirmando que continuará o seu percurso assente na força das suas raízes, na liberdade de consciência e no respeito pelos cidadãos.-----

-----Concluiu agradecendo a confiança de todos os que votaram em si, bem como o respeito daqueles que não o fizeram, assegurando que continuará a exercer o seu mandato e a estar presente em todas as freguesias do Concelho, independentemente das circunstâncias. -----

-----A Senhora **Deputada Ana Correia** referiu que a Senhora Deputada Rosa Veloso tinha razão num aspeto, uma vez que não foi eleita diretamente para a Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguiu afirmando que o resultado obtido pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas foi muito negativo, considerando que foi o reflexo da incapacidade da líder da candidatura para alterar a intenção de voto dos eleitores. Acrescentou que a Senhora Deputada não deveria afirmar que os eleitores votaram na sua pessoa, uma vez que, aquando da elaboração das listas de candidatos, se encontrava ausente e os respetivos subscritores desconheciam quem viria a assumir a liderança da candidatura à Assembleia Municipal. Concluiu aconselhando a Senhora Deputada a rever o conceito de democracia, afirmando que o conflito com o Partido Socialista resultou da falta de respeito pelos princípios do funcionamento democrático e da pretensão que os restantes membros acompanhassem sempre nas suas posições, o que não veio a verificar-se.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada a discussão, dando conhecimento de que, na sequência das declarações proferidas, a Senhora Deputada Rosa Veloso passará a exercer o respetivo mandato na qualidade de Deputada Municipal Independente. Informou igualmente, que a Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia assumirá as funções de líder de Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Gabriela Rodrigues** que apresentou um voto de Pesar, em nome da Bancada do PPD/PSD, o qual se transcreve na íntegra:-----

-----**“Voto de Pesar** -----

-----O Grupo Municipal do PSD manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos recentes sismos que atingiram a Venezuela. -----

-----Neste momento de dor, expressamos a nossa solidariedade para com o povo venezuelano e, de forma muito especial, com a comunidade portuguesa e lusodescendente afetada por esta tragédia.-----

-----Num tempo em que o mundo vive marcado por divisões e pela polarização de ideias, é essencial que a solidariedade, a humanidade e a entreajuda prevaleçam sobre tudo o resto. É nestes momentos que se revelam os valores que verdadeiramente unem os povos. -----

-----Saudamos igualmente o empenho das entidades portuguesas, das equipas de proteção e socorro, das instituições e de todos os que têm mobilizado ajuda humanitária e apoio às populações afetadas, demonstrando, uma vez mais, o espírito solidário que caracteriza Portugal. -

-----Às famílias das vítimas endereçamos as mais sentidas condolências, desejando uma rápida recuperação aos feridos e muita força a todos os que continuam envolvidos nas operações de busca, socorro e assistência.--

-----O Grupo Municipal do PSD associa-se ao luto de todas as famílias atingidas e presta homenagem à memória de todas as vítimas. -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----De seguida, a Senhora **Deputada Ana Correia** referiu que o Concelho de Celorico da Beira, à semelhança de muitos concelhos do interior, enfrenta desafios estruturais, designadamente a perda de população, o envelhecimento demográfico, a dificuldade em fixar jovens, a escassez de emprego qualificado e a necessidade de atrair investimento. Considerou que o desenvolvimento de um concelho não depende apenas da realização de obras públicas, mas, sobretudo, da criação de condições que promovam a fixação da população, destacando a importância da habitação, da saúde, da educação, da mobilidade, do apoio às empresas e da valorização do património. Referiu que muitos jovens celoricenses, após concluírem a sua formação superior, gostariam de regressar ao Concelho para desenvolver os seus projetos de vida, questionando quais as medidas que estão a ser adotadas para promover a sua fixação, que incentivos existem e que estratégia se encontra definida para criar emprego qualificado e atrair investimento. Acrescentou que Celorico da Beira dispõe de património, recursos naturais, uma localização estratégica e uma identidade própria, defendendo que existem condições para potenciar o seu desenvolvimento, desde que assente numa visão clara, em objetivos concretos e na mobilização da comunidade. Nesse âmbito, questionou qual o modelo de desenvolvimento previsto para o Concelho e que perspetivas poderão ser oferecidas aos jovens para que possam viver, trabalhar e constituir família em Celorico da Beira. -----

-----Prosseguiu, solicitando informação sobre o ponto de situação dos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pelo Programa Regional Centro 2030, nomeadamente quanto às candidaturas apresentadas e aprovadas, aos investimentos previstos e aos respetivos benefícios para o Concelho e para as Freguesias. -----

-----Concluiu afirmando que os celoricenses esperam dos seus representantes responsabilidade, seriedade, capacidade de diálogo, de

ação e de reivindicação, de forma a ultrapassar o estigma associado aos territórios do interior. -----

-----Por fim, apresentou um Voto de Congratulação, o qual se transcreve na íntegra: -----

-----**“Voto de congratulação** -----

-----A Bancada do PS da Assembleia Municipal de Celorico da Beira manifesta o seu profundo regozijo e felicita o jornalista **Horácio Antunes**, ilustre celoricense e antigo Presidente da Junta de Freguesia da Velosa durante vários anos, pela atribuição do **1º Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local 2026**, na categoria de Rádio. -----

-----Esta distinção foi atribuída pela reportagem **“Aldeias da Serra da Lousã”**, transmitida no programa Portugal em Direto da Antena 1, no dia 20 de março de 2025, reconhecendo a qualidade do trabalho jornalístico desenvolvido e a relevância do tema abordado.-----

-----Este prémio constitui motivo de orgulho para Celorico da Beira e para todos os celoricenses, valorizando o percurso de um profissional que, ao longo da sua carreira, sempre exerceu o jornalismo com elevado sentido de responsabilidade, rigor, independência, ética e profundo respeito pelas pessoas e pelos territórios que retrata. -----

-----A distinção agora alcançada representa o reconhecimento público de uma trajetória profissional exemplar, marcada pela dedicação à informação de qualidade e pela capacidade de dar voz às comunidades locais, contribuindo para a valorização do mundo rural e do poder local. -----

-----Reconhecemos igualmente o contributo cívico de Horácio Antunes para a sua terra natal, quer através da sua atividade pública, quer pelo modo digno e respeitador com que sempre representou os valores de serviço à comunidade.-----

-----Assim, gostaríamos que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira aprovasse um Voto de Congratulação a Horácio Antunes pela merecida distinção alcançada, desejando-lhe as maiores felicidades

pessoais e profissionais e que continue a honrar o jornalismo português e a prestigiar o nome de Celorico da Beira.-----

-----Celorico da Beira, 30 de junho de 2026”. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que, no presente dia, terminava o prazo para a realização da limpeza dos caminhos, questionando a Senhora Vice-Presidente sobre o ponto de situação desses trabalhos no Concelho, na sequência de reclamações apresentadas por municípios relativamente a atrasos na sua execução.-----

-----De seguida, questionou a Senhora Vice-Presidente, sobre a sua eventual qualidade de associada da Celflor - Associação de Produtores Florestais, bem como sobre o eventual exercício de funções nos respetivos órgãos diretivos. Pretendeu ainda saber se, considerando os pelouros que exerce nas áreas da Floresta e da Agricultura e a existência de um protocolo celebrado entre a Autarquia e aquela Associação, se encontram devidamente salvaguardadas as condições de imparcialidade e de prevenção de eventuais conflitos de interesses. -----

-----Solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente à utilização da viatura Mitsubishi, com a matrícula 49-CX-68, afeta à equipa de Sapadores Florestais estacionada no parque de viaturas do Município, referindo ter conhecimento de que a mesma tem vindo a ser utilizada pela Celflor. Nesse contexto, pretendeu saber qual o enquadramento jurídico dessa utilização. Questionou, igualmente, se a viatura Toyota Hilux, com a matrícula 67-TX-51, propriedade da Celflor, realizou trabalhos de manutenção na oficina municipal, pretendendo obter esclarecimentos quanto às condições em que ocorreram, bem como sobre as autorizações concedidas e os respetivos registos administrativos.-----

-----Relativamente ao protocolo celebrado entre o Município e a Celflor solicitou esclarecimentos quanto ao apoio financeiro atribuído à Associação, referindo ter conhecimento de que o mesmo ascendia inicialmente a dois mil e quinhentos euros, tendo posteriormente aumentado para o montante

de cinco mil euros. Caso essa informação não corresponda à realidade, solicitou que fosse indicado o montante atualmente atribuído. Questionou, ainda, quais as funções desempenhadas pela Celflor e se a Associação pode prestar apoio aos munícipes na realização de outros trabalhos, pretendendo, nesse caso, obter esclarecimentos quanto à natureza desse apoio e às condições em que o mesmo é disponibilizado.-----

-----Por último, transmitiu uma preocupação manifestada por diversos pastores do Concelho relativamente ao destino a dar à lã resultante da tosquia das ovelhas. Referiu que alguns produtores têm optado por depositá-la em contentores de resíduos, enquanto outros procedem ao seu armazenamento, por desconhecerem qual o destino adequado a dar-lhe. Acrescentou que abordou esta questão junto do Presidente da ANCOSE - Associação Nacional Criadores Ovinos Serra da Estrela, que lhe transmitiu que, atualmente, não existe qualquer apoio específico para esse efeito, tendo, contudo, aquela Associação manifestado disponibilidade para encontrar uma solução para o problema. Atendendo à importância da agricultura, da pastorícia e da produção de queijo Serra da Estrela para o Concelho, solicitou esclarecimentos sobre as medidas que o Município prevê adotar relativamente a esta matéria. -----

-----O Senhor **Deputado Paulo Achando** apresentou uma recomendação da Juventude Socialista que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----**“Recomendação Pela Defesa da Serra da Estrela e por um Programa de Revitalização Ambicioso, Sustentável e Justo -----**

-----O Parque Natural da Serra da Estrela, já reconhecido como Geoparque Mundial e, recentemente, distinguido com o título de Reserva da Biosfera da UNESCO, constitui um património natural, ambiental, económico e cultural de enorme relevância para o distrito da Guarda, para a região da Serra da Estrela, e para o país, devendo a sua preservação, valorização e desenvolvimento sustentável assumir-se como uma prioridade estratégica nacional. -----

-----Com esse propósito, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), lançado pelo Governo do Partido Socialista e aprovado em março de 2024, definiu uma resposta integrada aos impactos dos incêndios e às fragilidades estruturais do território. Dotado de 155 milhões de euros de financiamento nacional e europeu, o programa assentava numa visão de longo prazo, contemplando a valorização dos recursos endógenos, o apoio às atividades tradicionais, a requalificação de infraestruturas, a prevenção estrutural de incêndios e a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. -----

-----Contudo, esta estratégia tem vindo a ser progressivamente desvalorizada pelo atual Governo. No Orçamento do Estado para 2025, a dotação prevista para o PRPNSE foi reduzida para apenas 1,5 milhões de euros, representando menos de 1% do montante inicialmente anunciado. Acresce que, no Orçamento do Estado para 2026, não foi inscrita qualquer verba específica para a execução do programa, tendo sido amplamente noticiado que a dotação destinada à revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela é de zero euros, colocando em causa a concretização dos objetivos definidos e o futuro desenvolvimento sustentável deste território. --

-----Perante este cenário, e em coerência com as linhas estruturantes de atuação da Juventude Socialista, assentes na promoção da coesão territorial, na valorização do interior, na sustentabilidade ambiental e na defesa de políticas públicas que criem oportunidades para as novas gerações, surge a presente recomendação pela mão da Federação Distrital da Guarda da Juventude Socialista. Certa de que a defesa intransigente da Serra da Estrela deverá ser uma prioridade, a Federação Distrital da Guarda da Juventude Socialista deliberou apresentar esta recomendação em todas as Assembleias Municipais dos municípios do distrito da Guarda, que integram o Parque Natural da Serra da Estrela (Celorico da Beira, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia). -----

-----Reconhecendo a importância estratégica do Parque Natural da Serra da Estrela para o desenvolvimento económico, social e ambiental da região,

esta recomendação visa contribuir para que a execução efetiva do PRPNSE e o respetivo financiamento sejam devidamente contemplados no Orçamento do Estado para 2027, garantindo os meios necessários para a concretização das medidas previstas e para a revitalização deste território de elevado valor nacional. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal do Município de Celorico da Beira, reunida em Sessão Ordinária do dia 30/06/2026 vem: -----

-----Manifestar a sua profunda discordância face às alterações ao Programa de Revitalização do PNSE promovidas pelo Governo, por considerar que enfraquecem a resposta pública às necessidades reais da Serra da Estrela e da região, recomendando ao Governo que reponha ou amplie o financiamento do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dotando-o de uma verba orçamental robusta e garantida para os próximos anos.-----

-----Reafirmar a importância de uma política integrada, ambiciosa e de longo prazo para o Parque Natural da Serra da Estrela, assente nos princípios da sustentabilidade ambiental, justiça social e coesão territorial, propondo que o novo programa seja revisto, de modo, a que este integre políticas estruturantes de proteção florestal, gestão hídrica, desenvolvimento económico sustentável, turismo responsável, fixação de jovens e combate às assimetrias territoriais. -----

-----Exigir ao poder central, entidades institucionais e competentes que se estabeleçam metas claras e calendarizadas, garantindo que o financiamento possa ser executado de forma eficaz, com transparência e participação das comunidades locais.-----

-----Defendemos que investir na Serra da Estrela é investir na sustentabilidade, na resiliência e no futuro do interior. É, acima de tudo, afirmar que nenhum território pode ser deixado para trás.-----

-----Como tal, requeremos à Mesa da Assembleia Municipal que a presente recomendação seja remetida à Assembleia Intermunicipal da

Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, à Assembleia da República e à Presidência da República.”-----

-----De seguida, abordou a situação da Praia Fluvial da Ratoeira, referindo tratar-se da única praia fluvial existente ao longo dos cerca de doze quilómetros do rio Mondego no Concelho. Reconheceu que já foram iniciados trabalhos de requalificação e limpeza da respetiva área, manifestando, contudo, a expectativa de que os mesmos não se limitem a soluções provisórias ou a pequenos melhoramentos. Considerou que aquele equipamento deve contribuir para a valorização do rio Mondego, para a atração de visitantes, para a dinamização da economia local e para proporcionar melhores condições de usufruto às populações. Nesse contexto, questionou para quando está prevista a abertura da Praia Fluvial da Ratoeira e qual o planeamento definido para a dinamização daquele espaço durante a época de verão. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Ana Correia, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que os constrangimentos identificados são transversais a todo o País, defendendo que a expressão “Interior” deveria deixar de integrar o discurso político. No seu entendimento, a utilização recorrente desta designação contribui para uma visão redutora e para uma desvalorização injustificada destes territórios. Sublinhou que não existe qualquer razão para se considerarem inferiores, salientando que, embora persistam carências e seja necessário manter uma postura reivindicativa, existem inúmeras razões para valorizar as suas potencialidades e para afirmar o seu papel no contexto nacional. Acrescentou que Portugal é um País de reduzida dimensão territorial, razão pela qual considera que a designação “Interior” não se revela a mais adequada.-----

-----Prosseguiu informando que, na semana anterior, tiveram a oportunidade de receber o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), Doutor

Ribau Esteves, que reuniu com empresários locais e não locais, com o objetivo de identificar soluções para ultrapassar os constrangimentos e a morosidade associados à concretização de investimentos. Recordou que o Presidente da CCDRC já havia transmitido, em reunião anterior, realizada no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), que uma das prioridades consistia em apoiar os investimentos considerados prioritários pelos municípios. Salientou que a captação de investimento é essencial para a criação de postos de trabalho, a fixação da população e o regresso dos jovens ao Concelho. Contudo, reconheceu que subsistem dificuldades, nomeadamente ao nível da disponibilidade de recursos humanos, considerando tratar-se de um desafio nacional e europeu. Ainda assim, manifestou confiança na evolução demográfica do Concelho, referindo que, após décadas de perda de população, já se registam sinais de crescimento do número de residentes e da população escolar, o que começa a colocar novos desafios, designadamente ao nível da capacidade das creches e das escolas. Manifestou a convicção de que o concelho de Celorico da Beira reúne condições favoráveis ao seu desenvolvimento, destacando a sua localização estratégica. Considerou que a instalação da Academia Distrital de Futebol e o crescente dinamismo empresarial, evidenciado pela existência de empresas já em atividade, de investimentos em execução e de outros em fase de desenvolvimento, reforçam as perspetivas de desenvolvimento do Concelho. Referiu, ainda, que se verifica uma crescente vontade de regresso ao Concelho, sobretudo por parte dos jovens, destacando as oportunidades atualmente existentes e os apoios disponibilizados pelo Governo, designadamente para jovens agricultores, bem como a isenção de IMI para jovens até aos trinta e cinco anos. Considerou que estas medidas contribuem para a fixação de população e para o desenvolvimento económico, nomeadamente nas áreas da agricultura, do turismo e do empreendedorismo. Salientou que o poder local e as restantes entidades públicas se encontram disponíveis para apoiar os jovens e os empreendedores, acrescentando que a atribuição

regular de subsídios de nascimento constitui um indicador do aumento do número de nascimentos e da fixação de novos casais, refletindo uma inversão da tendência demográfica verificada nas últimas décadas. -----

-----De seguida, informou que, na semana seguinte, se realizaria uma reunião com empreendedores para se proceder ao registo dos respetivos lotes destinados à instalação de novas empresas, evidenciando a existência de intenções concretas de investimento no Concelho. Esclareceu que o Regulamento Municipal estabelece a obrigatoriedade da definição do objeto do investimento, do número de postos de trabalho a criar, do montante do investimento e dos respetivos prazos de execução. Considerou que este enquadramento evidencia o trabalho desenvolvido pelo Município na promoção do investimento e da criação de emprego.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Paulo Achando, afirmou corroborar a necessidade de assegurar um verdadeiro investimento no Parque Natural da Serra da Estrela, salientando a importância deste território, reconhecido como Reserva da Biosfera da UNESCO. Observou que situações semelhantes ocorreram noutros territórios do País, designadamente no Pinhal Interior, onde foram anunciados investimentos de montantes avultados, que acabaram por não se concretizar. Considerou que o essencial não é o valor das verbas anunciadas, mas a sua efetiva concretização, recordando que, dos cento e cinquenta e cinco milhões de euros anteriormente anunciados para o plano de recuperação da Serra da Estrela, apenas um milhão de euros foi inicialmente inscrito no Orçamento de Estado, montante que considera manifestamente insuficiente. Não obstante, reconheceu que o Concelho beneficiou de alguns investimentos realizados nesse âmbito, designadamente a beneficiação da estrada para as Quintãs, a requalificação da ligação entre Linhares da Beira e o Alto da Serra, que faz fronteira com Videmonte e Folgosinho, bem como o compromisso de financiamento, no montante de cerca de quinhentos mil euros, destinado à intervenção no edifício do Leilão de Gado. Acrescentou que Celorico da Beira não foi dos concelhos mais afetados pelos incêndios,

salientando que outros municípios, como Manteigas, sofreram prejuízos muito mais significativos. Esclareceu que os cento e cinquenta e cinco milhões de euros, anteriormente anunciados, não se destinavam exclusivamente ao território da Serra da Estrela, uma vez que parte dessa verba seria distribuída pelos restantes municípios integrados na CIMBSE, embora a maior parcela estivesse prevista para os concelhos diretamente abrangidos pela área da serra. Sublinhou a importância de garantir a inscrição das verbas necessárias no Orçamento do Estado, informando que, os municípios estiveram presentes na Comissão Permanente da Assembleia da República, onde recordaram ao Governo e aos Deputados da nação os compromissos assumidos relativamente à recuperação e valorização da Serra da Estrela. Recordou que esses compromissos remontam ao período em que a Professora Ana Abrunhosa exercia funções de Ministra da Coesão Territorial, considerando, contudo, que os resultados alcançados ficaram aquém do esperado. Acrescentou que a concretização destes investimentos depende, muitas vezes, de fatores imprevistos, como guerras, fenómenos meteorológicos extremos, incêndios ou outras ocorrências que exigem respostas urgentes. Salientou, ainda, que a Serra da Estrela não pode ser esquecida, defendendo a continuidade das medidas de prevenção, recuperação e valorização deste território, em reconhecimento da sua relevância ambiental, dos seus recursos hídricos e do contributo que presta ao País. Referiu, ainda, que o atual Governo assumiu o compromisso de disponibilizar cem milhões de euros para a Serra da Estrela, manifestando a expectativa de que esse compromisso venha a ser concretizado, reiterando que o objetivo comum deve ser o desenvolvimento sustentável da Serra da Estrela e do território envolvente.-

-----No que respeita a praia da Ratoeira esclareceu que o Concelho não dispõe, atualmente, de qualquer praia fluvial oficialmente reconhecida, tratando-se apenas de uma zona de lazer, uma vez que, durante vários anos, a qualidade da água não reuniu as condições de salubridade exigidas. Referiu, contudo, que essas condições têm vindo a melhorar,

perspetivando-se o seu futuro reconhecimento como praia fluvial. Informou que as cheias provocaram elevados prejuízos nessa zona da Ratoeira, encontrando-se em curso trabalhos de recuperação, embora reconheça que nem todas as intervenções poderão estar concluídas durante o presente verão. Salientou que a prioridade passa por garantir a qualidade da água e executar as obras indispensáveis, defendendo igualmente a substituição da comporta existente por outra de maiores dimensões, de forma a melhorar a circulação da água e reduzir a sua estagnação. Acrescentou que foi celebrado um protocolo entre os Municípios de Celorico da Beira e da Guarda e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), destinado à recuperação e valorização do rio, contemplando ações de limpeza, recuperação de açudes, remoção de vegetação invasora e requalificação de trilhos. Referiu ainda que se encontram previstos novos investimentos complementares e que têm sido promovidas reuniões com a Junta de Freguesia e o Clube de Caça e Pesca, reafirmando o compromisso do Município em prosseguir a valorização daquele espaço e das restantes zonas ribeirinhas do Concelho. -----

-----Quanto à Celflor esclareceu que se trata de uma Associação local com um importante papel na gestão do território. Referiu que as três equipas de sapadores florestais atualmente existentes se encontram ao serviço do Município, ao abrigo de um protocolo, assegurando ações de gestão de combustível e de limpeza. Salientou que os municípios enfrentam elevadas exigências nestas matérias, nem sempre sendo possível dar resposta a todas as necessidades, atendendo às condições meteorológicas, que condicionam a execução desses trabalhos. -----

-----De seguida, concedeu a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Teresa Cardoso, para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Cardoso, esclareceu que a execução das faixas de gestão de combustível paralelas à

rede viária são da responsabilidade do Município. Informou que, à data, já haviam sido executados cento e oito quilómetros, dos quais quarenta e quatro correspondem a trabalhos realizados por uma entidade contratada para o efeito. Esclareceu, contudo, que os trabalhos ainda não se encontravam concluídos, devido às condições climatéricas adversas verificadas ao longo do ano. Acrescentou que o rápido crescimento da vegetação em algumas áreas já intervencionadas obriga à realização de novas ações de limpeza.-----

-----Relativamente à questão da Celflor afirmou que sempre foi sócia dessa Associação por considerar tratar-se de uma entidade que desempenha um papel relevante para o Concelho, sendo merecedora do apoio e do reconhecimento pelo trabalho que desenvolve em benefício dos seus associados, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. Acrescentou que exerceu, durante vários anos, as funções de Presidente da Direção, cargo que cessou antes de integrar o Executivo Municipal, manifestando orgulho pelo trabalho desenvolvido durante esse período. Recordou que a Associação atravessou um período particularmente difícil, na sequência de uma notificação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) para devolução de cerca de cento e oitenta mil euros, em consequência de alegadas irregularidades relacionadas com trabalhos considerados não executados ou executados de forma indevida. Salientou que esse montante colocou em causa a sua sustentabilidade financeira. Referiu, contudo, que graças ao empenho da Direção, dos colaboradores da Associação e à confiança demonstrada pelos trabalhadores, foi possível ultrapassar essas dificuldades e assegurar a continuidade da atividade da Celflor, destacando, em particular, o contributo do Dr. Davide e do Dr. João Nunes. Acrescentou que esse resultado exigiu um esforço significativo por parte de todos os dirigentes, quer ao nível da dedicação ao trabalho desenvolvido, quer ao nível do esforço financeiro assumido, permitindo que a Associação se mantivesse em funcionamento e continuasse a desempenhar as suas funções em prol do Concelho.

Concluiu referindo que a Celflor apresenta atualmente uma melhor sanidade financeira, após ter ultrapassado aquela contingência, salientando igualmente o apoio prestado pela Câmara Municipal, que tem sido compensado através do trabalho que a Associação realiza para o Município.

-----No que respeita à questão da viatura utilizada pelos sapadores da Celflor esclareceu que a mesma foi cedida durante três dias, na sequência de um pedido apresentado pela Associação, em virtude de a respetiva equipa se encontrar temporariamente sem viatura para assegurar as ações de vigilância. Referiu que a decisão foi articulada com o Senhor Presidente da Câmara e com os restantes membros do Executivo, tendo sido, igualmente, obtido parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Acrescentou que a cedência teve carácter temporário, até à reparação da viatura da Associação, não tendo sido apresentado novo pedido. -----

-----Quanto à utilização da oficina municipal para a mudança de óleo de uma viatura da Celflor, esclareceu que a Associação apenas utilizou aquelas instalações por disporem de um fosso adequado à realização da intervenção. Mais informou que todos os materiais necessários à realização do serviço, incluindo o óleo utilizado, foram fornecidos pela própria Celflor, não tendo resultado qualquer encargo para o Município. -----

-----No que concerne ao protocolo em vigor celebrado entre o Município e a Celflor, esclareceu que o mesmo foi estabelecido após a cessação das suas funções naquela Associação. Explicou que o protocolo estabelece o número de dias de trabalho que as equipas de sapadores florestais da Celflor prestam ao Município, atualmente fixado em cento e dez dias por ano. Acrescentou que as equipas asseguram igualmente um período de trabalho equivalente em benefício dos associados da Celflor, designadamente Juntas de Freguesia e proprietários privados. Informou ainda que a Associação dispõe de duas equipas de sapadores florestais, sendo que uma desenvolve a sua atividade em benefício dos associados e do ICNF, enquanto a outra presta serviço ao ICNF e à Câmara Municipal.

Esclareceu, ainda que o apoio financeiro concedido pelo Município tem por base o trabalho efetivamente realizado pelas equipas de separadores florestais ao abrigo do referido protocolo. -----

-----Quanto à questão da lã informou que já havia abordado o assunto junto do Dr. Manuel Marques, Presidente da ANCOSE. Referiu que, no ano anterior, a lã era adquirida aos produtores pelo valor de um euro e oitenta cêntimos por quilograma, no âmbito de um protocolo celebrado com a Associação Valor do Tempo, sediada em Seia, que utilizava a lã da ovelha Bordaleira Serra da Estrela na produção de diversos artigos comercializados por aquela entidade. Esclareceu que, no corrente ano, a referida Associação informou dispor de *stock* suficiente, deixando, por esse motivo, de adquirir mais lã. Acrescentou que têm sido desenvolvidos contactos com diversas entidades, designadamente com o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, que tem uma parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através do Centro de Ciência Viva, destinada à valorização da lã, através da sua incorporação nos solos, com o objetivo de melhorar a retenção de humidade, permitindo que o solo não seja tão compacto. Manifestou ainda a expectativa de que estas iniciativas possam vir a constituir uma solução para o aproveitamento da lã. Reconheceu, contudo, que, até ao momento, ainda não existe uma resposta concreta para apresentar aos produtores, apesar das diligências que têm vindo a ser desenvolvidas junto das diversas entidades competentes. Informou também que, no corrente ano, a ANCOSE disponibilizou um apoio destinado exclusivamente aos produtores de ovelha Bordaleira Serra da Estrela, reconhecendo, porém, que esse apoio tem um alcance limitado e não abrange os produtores de outras raças ovíneas existentes no Concelho. Concluiu referindo que, durante o mês de junho, o Município abriu um programa de apoio financeiro destinado à comparticipação de despesas relacionadas com explorações de gado bovino, ovino, caprino e colmeias, cujo período de candidaturas terminou na presente data. Comunicou que foram apresentadas cento e noventa e cinco candidaturas, considerando

este número revelador da importância da atividade pecuária no Concelho. Salientou ainda o contributo deste setor para a gestão da paisagem, a diversificação do território e a prevenção de incêndios, através da manutenção de mosaicos agrícolas e florestais que favorecem uma maior diversificação do território.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que o aproveitamento da lã constitui um processo complexo, referindo que a respetiva lavagem era anteriormente assegurada pela empresa Tavares, na Guarda, que entretanto deixou de prestar esse serviço. Salientou que, atualmente, não existe, na região, outra unidade com capacidade para realizar esse serviço, o que constitui um constrangimento adicional à valorização e ao escoamento da lã. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** questionou se a viatura cedida temporariamente à Celflor é propriedade do ICNF e, em caso afirmativo, qual a razão pela qual a Câmara Municipal suporta a despesa com o respetivo seguro.-----

-----A Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Cardoso, respondeu que a viatura é cedida ao Município, em regime de comodato, enquanto este assegurar a existência da equipa de sapadores florestais. Acrescentou que todos os encargos associados à viatura, nomeadamente o seguro, a manutenção e o combustível, são da responsabilidade do Município. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** enalteceu a preocupação demonstrada pela Senhora Vice-Presidente relativamente à questão da lã. Contudo, defendeu que estas situações deveriam ser acauteladas atempadamente, de forma a salvaguardar os interesses dos produtores e a criação de condições para o crescimento da atividade pecuária no Concelho. Afirmou conhecer o trabalho desenvolvido pela Associação Valor

do Tempo, que desenvolvia um projeto de grande relevância para a Serra da Estrela, o qual entretanto deixou de existir. Considerou que os municípios da região deveriam unir esforços para promover iniciativas semelhantes de valorização da lã. Assinalou ainda a ausência de Queijo Serra da Estrela à venda na Torre da Serra da Estrela, na sequência da retirada do pavilhão pertencente à referida empresa. Por fim, sugeriu que fosse estabelecido contacto com a empresa Ecolã, sediada em Manteigas, com vista a averiguar a possibilidade de aquisição da lã produzida no Concelho. -----

-----De seguida o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à votação dos votos apresentados, questionando os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir relativamente aos mesmos. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Ricardo Coelho** declarou que o Grupo Municipal do PSD votaria contra a Recomendação ao Governo, por considerar que é extremamente difícil cumprir promessas quando existe alguma seriedade na forma como se governa. Acrescentou que é fácil fazer promessas, mas é muito mais difícil concretizá-las. Referiu ainda que o Partido Socialista tem sido pródigo na apresentação de promessas que não se concretizaram, justificando, dessa forma, o sentido de voto contra da sua Bancada. -----

-----Submetido à votação o **Voto de Pesar pelas Vítimas dos Recentes Sismos que Atingiram a Venezuela**, apresentado pela Bancada do PPD/PSD, foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida, foi submetido à votação o **Voto de Congratulação ao Jornalista Horácio Antunes pela Atribuição do 1.º Prémio de Jornalismo e Poder Local 2026, da ANMP, na Categoria de Rádio**, apresentado pela Bancada do PS, o qual foi igualmente aprovado por unanimidade. -----

-----Por fim colocou à votação a **Recomendação pela Defesa da Serra da Estrela**, apresentada pela Bancada do PS. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que não existiam objeções quanto ao objetivo da revitalização da Serra da Estrela. Contudo, salientou que a questão residia no teor da Recomendação, considerando importante proceder à respetiva clarificação.

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que, da interpretação que fazia da declaração do Senhor Deputado Ricardo Coelho, a questão não se prendia com o título da Recomendação, mas sim com o respetivo conteúdo e com o sentido de voto manifestado. Acrescentou que estaria em causa um repúdio relativamente à opção tomada pelo Governo, entendendo ter sido esse o sentido da intervenção do Senhor Deputado. ----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho** apresentou as suas desculpas, reconhecendo que, provavelmente, não se teria expressado da melhor forma. Esclareceu que o Grupo Municipal do PSD não votava contra o projeto em si, mas sim contra a forma como a Recomendação foi apresentada. Acrescentou que defendiam a atribuição de mais incentivos e apoios, bem como uma maior atenção ao interior, que tem sido esquecido. Concluiu referindo que pretendiam que a proposta fosse apresentada noutros termos, uma vez que nos moldes em que se encontrava redigida, a Bancada do PSD não se revia. -----

-----**Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou não aprovar a Recomendação pela Defesa da Serra da Estrela, com vinte e três votos contra, uma abstenção e cinco votos a favor.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30/04/2026**-----

-----Foi presente a ata número três, referente à sessão ordinária do dia trinta, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** reportando-se à página oitenta e cinco da ata, referiu que a intervenção da Senhora Vice-Presidente não refletia integralmente o que havia sido dito, porquanto não ficou registado que o investimento no seu projeto de agroturismo foi realizado com recurso às poupanças da família. Salientou que esse aspeto foi mencionado durante a intervenção e manifestou o desejo de que ficasse refletido na ata. Observou que na ata apenas consta que a Senhora Vice-Presidente esclareceu que “o seu projeto de agroturismo demorou cerca de três anos a ser licenciado, defendendo a legalidade e a transparência do respetivo processo”. Contudo, considera que a intervenção foi mais abrangente e que a referência ao financiamento do projeto com poupanças da família deveria constar na ata.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou qual seria a frase que, no entender da Senhora Deputada, se encontrava em falta.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** respondeu que, tanto quanto se recordava, embora não pudesse assegurar se textualmente, a Senhora Vice-Presidente teria referido que o projeto tinha sido um investimento da família.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou a Senhora Vice-Presidente sobre se confirmava ter proferido a referida afirmação.-----

-----Em resposta, a Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Cardoso, afirmou não se recordar exatamente das palavras que havia proferido. Referiu que parte do investimento foi, efetivamente, suportada com recurso às suas poupanças. Contudo, referiu não se recordar de ter feito tal referência, pelo que não podia confirmar que a mesma tivesse sido proferida e, conseqüentemente, que devesse constar da ata. Acrescentou que, para esclarecer essa questão, seria necessário consultar a gravação da respetiva sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou se existia alguma objeção à adição proposta e submeteu à consideração da Assembleia Municipal a retificação da ata, para que fosse posteriormente votada já com essa alteração introduzida. -----

-----A Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Cardoso, referiu que a questão residia no facto de não se recordar de ter proferido essa afirmação. Salientou que, para se proceder à retificação da ata, seria necessário existir a certeza de que a mesma tinha sido efetivamente dita. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou a Senhora Deputada Rosa Veloso sobre se considerava indispensável proceder à referida alteração da ata. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** respondeu que considerava preferível que se procedesse à referida alteração. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que a questão deveria ser tratada com honestidade, acrescentando que também não se recordava de a referida afirmação ter sido proferida. Considerou que, para esclarecer a situação, seria necessário consultar a gravação da sessão, o

que não seria possível naquele momento. Acrescentou que, caso se viesse a confirmar a necessidade de proceder à alteração da ata, seria solicitado à Senhora Deputada Rosa Veloso que apresentasse um requerimento para esse efeito. -----

-----De seguida, tendo em conta a posição manifestada pela Senhora Vice-Presidente, submeteu à consideração da Assembleia Municipal a possibilidade de proceder, ou não, à alteração da ata da sessão realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** propôs que, para evitar que a questão ficasse pendente, se comprometia a apresentar um requerimento, a fim de ser confirmada a afirmação que pretendia ver acrescentada à ata. ----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** considerou que essa seria a melhor solução, referindo que, caso fosse apresentado o requerimento e se confirmasse, através da gravação da sessão, que a afirmação tinha sido efetivamente proferida, a mesma seria acrescentada à ata. Acrescentou que não considerava adequado proceder à alteração naquele momento, uma vez que a própria Senhora Vice-Presidente não se recordava de ter proferido a referida afirmação. Concluiu propondo que a ata fosse submetida a votação nos termos em que se encontrava, ficando a eventual alteração condicionada à confirmação, através da gravação da sessão, do teor exato da intervenção. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, por não ter estado presente na mencionada sessão.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA** -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de que não foi rececionada correspondência relevante a apresentar na presente sessão.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** apresentou uma síntese da situação financeira do Município, referindo que não se registavam alterações significativas, destacando apenas a redução da dívida da Câmara Municipal. Acrescentou que a situação financeira do Município continuava a ser satisfatória, refletindo uma boa execução da receita e resultados financeiros positivos.-----

-----No que respeita à execução orçamental, informou que, à data, o Município se encontrava sensivelmente ao mesmo nível do período homólogo de dois mil e vinte e cinco, situando-se a execução da receita próxima dos quarenta e sete por cento e da despesa em cerca de vinte e cinco por cento. Relativamente à dívida municipal, referiu que tem vindo a diminuir, essencialmente em resultado da amortização dos empréstimos da Câmara Municipal. Quanto aos resultados financeiros, embora ainda não existissem valores definitivos, informou que, de acordo com os dados facultados pelo responsável financeiro, os indicadores apontavam para uma melhoria face ao período homólogo do ano anterior. Concluiu reafirmando que a situação financeira do Município se mantinha satisfatória

e salientou a importância de se prosseguir com uma execução orçamental rigorosa, de forma a assegurar a estabilidade financeira do Município.-----

-----**4. NOVA COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PS NA COMISSÃO PERMANENTE**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento da receção de um requerimento apresentado pela Bancada do Partido Socialista (PS), no qual é proposta uma nova composição dos representantes daquele Grupo Municipal na Comissão Permanente. A proposta integra os seguintes membros: -----

-----**EFETIVOS:**-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Frederico Manuel Martins de Sena. -----

-----**SUPLENTE:**-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes; -----

-----Paulo Manuel Lopes Achando. -----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho** referiu que a Bancada do PSD manteria a sua postura de solidariedade, votando favoravelmente a proposta, à semelhança do que o PS sempre fez, por considerar um princípio básico da democracia. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.**-----

-----**5. CONTAS CONSOLIDADAS 2025**-----

-----Sobre o assunto em título, foram presentes para apreciação deste Órgão, as Contas Consolidadas do Município de Celorico da Beira, relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Neste momento, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, ausentou-se temporariamente da sala, não tendo participado na discussão e votação do presente assunto, por ter invocado impedimento, em virtude de integrar a APAL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que as contas relativas ao exercício de dois mil e vinte e cinco já haviam sido apresentadas na anterior reunião da Assembleia Municipal, encontrando-se agora em apreciação as Contas Consolidadas, em cumprimento da obrigação legal de as submeter à Assembleia Municipal até ao dia trinta de junho. Salientou que, conforme já havia sido referido na reunião do Executivo Municipal, as Contas Consolidadas não apresentavam qualquer alteração relativamente às contas anteriormente aprovadas, tratando-se apenas do cumprimento de uma formalidade legal. Esclareceu, ainda, que as Contas Consolidadas de dois mil e vinte e cinco correspondiam integralmente às contas já apresentadas, não existindo qualquer alteração nem quaisquer elementos novos a acrescentar. -----

-----A **Assembleia Municipal** aprovou, por maioria, com um voto contra, três abstenções e vinte e quatro votos a favor, as contas consolidadas do ano de 2025, do Município de Celorico da Beira. -----

-----Votaram favoravelmente os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação. -----

-----Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento. -----

-----Retomou os trabalhos a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo.-----

-----**6. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE EDITAL PARA PROCEDIMENTO CONJUNTO DE ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS**-----

-----Foi submetido à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, Teresa Cardoso, para prestar os esclarecimentos que entendesse por convenientes. -----

-----A Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Cardoso, esclareceu que a proposta em apreciação tinha como objetivo, por um lado, a aprovação da utilização privativa do domínio público e, por outro, a aprovação do procedimento conjunto para a concessão do direito de utilização privativa do domínio público destinado à instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos nas Aldeias Históricas. Explicou que, no caso do Município de Celorico da Beira, a instalação abrangerá três lugares de estacionamento destinados à instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos na Aldeia Histórica de Linhares da Beira. Acrescentou que se trata de um procedimento conjunto promovido pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal, aplicável a todas as Aldeias Históricas, com exceção da Aldeia Histórica do Piódão. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Paulo Achando** referiu que a Bancada do Partido Socialista considerava que a proposta em

apreciação ia ao encontro da promoção da mobilidade sustentável e da modernização das infraestruturas do Concelho. Salientou que a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos constitui, atualmente, uma necessidade, quer para os residentes no concelho de Celorico da Beira quer para os visitantes, contribuindo igualmente para a valorização da Aldeia Histórica de Linhares da Beira. Acrescentou que o Partido Socialista permaneceria atento para que esta iniciativa não se limitasse à sua aprovação formal, manifestando a expectativa de que os postos de carregamento fossem efetivamente instalados, funcionassem em boas condições e respondessem às necessidades da população e dos visitantes. Referiu ainda que esperava que todo o procedimento decorresse com transparência e no respeito pelo interesse público. Concluiu afirmando que, apesar das reservas manifestadas, o Partido Socialista considerava tratar-se de uma medida positiva para o Concelho, pelo que os seus representantes votariam favoravelmente a proposta. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a candidatura já se encontrava aprovada e financiada, acrescentando que a respetiva execução apenas poderia avançar após a aprovação da proposta pelos órgãos Executivo e Deliberativo.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Edital para Procedimento Conjunto de atribuição de licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos, bem como, a utilização privativa de domínio público de três espaços de estacionamento para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos em Linhares da Beira.** -----

-----**7. COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente à discussão e aprovação deste Órgão, a proposta relativa à composição do júri de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau. Na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e da criação dos Serviços Municipais dirigidos por Chefes de Serviço Municipal, torna-se necessário designar o júri dos procedimentos concursais destinados ao respetivo provimento, nos termos da legislação aplicável. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a designação do júri, o qual é composto por um presidente e dois vogais. Assim, é proposta a constituição do júri nos seguintes termos: Joana de Fátima Marques Mendes Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Sociocultural, na qualidade de Presidente, e José Manuel Teixeira Tavares, Chefe da Divisão Financeira e de Contratação, e Ivo Ricardo Lourenço Ramos Rodrigues Borrego, Chefe da Divisão de Ambiente e Obras, na qualidade de vogais. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, tendo em consideração as necessidades identificadas nas diferentes secções dos serviços municipais, se tornava necessário proceder ao recrutamento de dirigentes intermédios de 3.º grau, vulgarmente designados por coordenadores. Referiu que, para esse efeito, era necessária a constituição de um júri responsável pelo procedimento de seleção dos respetivos coordenadores, o qual seria presidido pela Dra. Joana Félix e integrado pelos outros dois Chefes de Divisão, Dr. José Tavares e o Arquiteto Ivo Borrego. Salientou que a constituição deste júri resultava da necessidade de assegurar a realização do procedimento de recrutamento, motivo pelo qual a respetiva composição carecia de aprovação pela Assembleia Municipal. -----

-----A Senhora **Deputada Ana Correia** referiu que a proposta em apreciação decorria de uma obrigação legal e visava a designação do júri responsável pela condução dos procedimentos concursais para os cargos de direção intermédia de 3º grau. Acrescentou que o Partido Socialista considerava que esses procedimentos deveriam obedecer aos mais elevados princípios de mérito, transparência, imparcialidade e igualdade de oportunidades. Salientou que, mais importante do que os nomes propostos era garantir que o procedimento concursal fosse conduzido com total rigor, que os critérios de seleção fossem objetivos e que a escolha recaísse sobre os candidatos mais qualificados. Manifestou, por isso, a expectativa de que o processo decorresse de forma transparente, sem qualquer interferência política e exclusivamente orientado pelo interesse público. Concluiu afirmando que, com esse entendimento, o Partido Socialista votaria favoravelmente a proposta. -----

-----**Nos termos do nº1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção, aprovar a constituição do Júri para os Procedimentos Concurais para provimento, em regime de comissão de serviço, de cargos de direção intermédia de 3º grau, conforme proposta da Câmara Municipal.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Nos termos regimentais, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu à aprovação, em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão, para efeitos de eficácia imediata, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da

Asssembleia, eram vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Asssembleia. -----

----- O Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- A Segunda Secretária -----
